

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO CAPITALISTA EM CRISE

Data de submissão: 23/03/2023

Data de aceite: 02/05/2023

Aldo Vieira Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Piauí (IFPI)
<https://lattes.cnpq.br/0577343776984370>

RESUMO: No Estado Capitalista em crise a Educação Profissional tem sido tensionada pela racionalidade neoliberal que instituiu um “novo” paradigma escolar centrado na Pedagogia das Competências. Nesse cenário, o presente estudo questiona: quais os objetivos da política de educação profissional no Estado Capitalista em crise? O objetivo do presente artigo é situar a política de Educação Profissional no seio do Estado Capitalista, refletindo sobre a natureza dessa política face às demandas e exigências do capital em crise. Trata-se de pesquisa documental descritiva de natureza qualitativa (APPOLINARIO, 2019; MAY, 2004) com amparo no método dialético de análise e interpretação dos dados (MINAYO, 1994). Com base em Bering (2003; 2009), Dagnino (2004), Frigotto (2005; 2010), Grabowsk & Kuenzer (2016), Kuenzer (2007), Mészáros (2000, 2002, 2003, 2008), Neto & Braz (2008), O'Connor (1977), Poulantzas (1975; 1971; 2000), Ramos,

M. (2002), entre outros, o presente estudo indica que a atual política de educação profissional procura reformular o modelo educacional para atender a racionalidade neoliberal, transformando radicalmente o processo educativo em mercadoria e impondo às camadas populares um currículo instrumental, pragmático e imediatista em consonância com os ditames do capital globalizado, cujas consequências imediatas são a precarização profissionalizante e o acirramento da dualidade estrutural no contexto educacional brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Estado capitalista; Neoliberalismo; educação profissional; dualidade.

PROFESSIONAL EDUCATION IN THE CAPITALIST STATE IN CRISIS

ABSTRACT: In the Capitalist State in crisis, Professional Education has been strained by neoliberal rationality, that instituted a “new” school paradigm centered on the Pedagogy of Competencies. In this scenario, the present study asks: what are the objectives of the professional education policy in the Capitalist State in crisis? The objective of this article is to situate the policy of Professional Education within

the Capitalist State, reflecting on the nature of this policy in the face of the demands and demands of capital in crisis. This is a descriptive documentary research of a qualitative nature (APPOLINARIO, 2019; MAY, 2004) based on the dialectical method of data analysis and interpretation (MINAYO, 1994). Based on Bering (2003; 2009), Dagnino (2004), Frigotto (2005; 2010), Grabowsk & Kuenzer (2016), Kuenzer (2007), Mészáros (2000, 2002, 2003, 2008), Neto & Braz (2008), O'Connor (1977), Poulantzas (1975; 1971; 2000), Ramos, M. (2002), among others, the present study indicates that the current professional education policy seeks to reformulate the educational model to meet the neoliberal rationality, radically transforming the educational process into a commodity and imposing an instrumental, pragmatic and immediatist curriculum on the lower classes, in line with the dictates of globalized capital, whose immediate consequences are professional precariousness and the intensification of structural duality in the Brazilian educational context.

KEYWORDS: Capitalist State; Neoliberalism; Professional education; Duality.

1 | INTRODUÇÃO

O atual cenário de crise do capitalismo contemporâneo requer do Estado uma escola que forme o trabalhador para um mundo em constante mudança, no qual o termo flexibilidade é palavra de ordem. A proposta que pauta esse “novo” paradigma escolar comporta reformas estruturais no processo ensino-aprendizagem com desdobramentos no planejamento, currículo, metodologia, conteúdo, didática, entres outros aspectos, que sejam capazes de garantir à classe empresarial, aos organismos multilaterais e ao próprio Estado, que a educação esteja a serviço do mercado de trabalho capitalista.

Partindo dessa premissa, a questão central que constitui a motivação do presente artigo é a seguinte: quais são os objetivos da política de educação profissional no Estado Capitalista em crise? Para o desenvolvimento da problemática em questão optou-se pela estratégia de pesquisa documental descritiva de natureza qualitativa (APPOLINÁRIO, 2019; MAY, 2004) com amparo no método dialético de análise e interpretação dos dados (MINAYO, 1994).

Com base em Bering (2003; 2009), Dagnino (2004), Frigotto(2005; 2010), Grabowsk & Kuenzer (2016), Kuenzer (2007), Mészáros (2000, 2002, 2003, 2008), Neto & Braz (2008), O'Connor (1977), Poulantzas (1975; 1971; 2000), Ramos, M. (2002), entre outros, o presente artigo tem por objetivo situar a política de Educação profissional no seio do Estado Capitalista, refletindo sobre a natureza dessa política face às demandas e exigências do capital em crise. A tese defendida no presente estudo é a de que a atual política de educação profissional, subordinada aos interesses do capital em crise, procura reformular o modelo educacional para atender a racionalidade neoliberal que transforma radicalmente o processo educativo em mercadoria, tendo como consectário imediato a precarização profissionalizante e o acirramento da dualidade estrutural no contexto educacional brasileiro.

Para uma melhor compreensão da reflexão desenvolvida, estruturamos a redação em três seções: a primeira, em que se discute a relação Estado e Políticas Públicas; a segunda, que relaciona a crise estrutural do capital com a categoria neoliberalismo e os impactos dessa relação na Política Social; a terceira, que situa a política de Educação Profissional no contexto do Estado Capitalista em crise. Ao final, apoiando-se na discussão realizada, tecemos considerações sobre o tema analisado e a questão central indicada.

2 | ESTADO CAPITALISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS

O Estado Capitalista conforme leciona O'Connor (1977) possui duas principais funções que permitem a sua manutenção, quais sejam: a de acumulação e a de legitimação. Tais funções cumprem o papel ideológico de manter a ordem social estabelecida. Nessa perspectiva, o Estado Capitalista, ao mesmo tempo, que cria condições necessárias para o desenvolvimento do capital (acumulação), procura atender a determinados anseios da população, colocando-se como aparente protetor dos interesses públicos (legitimação).

As políticas públicas desempenhariam, nesse contexto, a função de harmonia social face a condensação de forças presente na sociedade capitalista dividida em classes (POULANTZAS, 2000). Ou seja, o Estado Capitalista atende, de um lado, aos interesses da classe hegemônica (burguesia) e, de outro, aos interesses (em menor amplitude) das classes dominadas em razão das pressões e mobilizações que estas exercem no processo de disputa social.

É importante destacar que a partir da virada dos anos 1960 para a década seguinte, o Estado Capitalista direcionou suas ações de modo a privilegiar os interesses de mercado em conformidade com o neoliberalismo, revelando um “projeto de Estado que deve se isentar progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil” (DAGNINO, 2004, p. 142). Bering (2003) caracteriza esse momento como sendo uma contrarreforma que vai “adquirir maior ou menor profundidade, a depender das escolhas políticas dos governos em sua relação com as classes sociais em cada espaço nacional, considerando a diretiva de classe que hegemoniza as decisões no âmbito do Estado” (BERING, 2009, p. 04).

Articuladas ao ideário neoliberal, as políticas de Educação Profissional não fogem a essa regra. Adiante, aprofundaremos as particularidades que permeiam a Educação Profissional nesse cenário. Primeiro, vejamos como se relaciona a crise estrutural do capital com a categoria neoliberalismo e os efeitos dessa relação na Política Social, aspecto imprescindível para análise da questão central aqui discutida.

3 I CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, NEOLIBERALISMO E POLÍTICA SOCIAL

Compreendido o papel das políticas públicas no Estado Capitalista, passamos a discutir a crise contemporânea do capital para, na seção seguinte, situar, nesse contexto, a política de Educação Profissional. Desenvolveremos essa seção a partir do conceito de crise estrutural do capital à luz de Mészáros (2000, 2002, 2003) a fim de entender qual a relação da categoria neoliberalismo com a crise do capitalismo contemporâneo.

Iniciemos apresentando as principais características desse fenômeno à luz do pensamento do filósofo citado. Nesse passo, é preciso compreender, conforme ensina esse autor, que a produção no pré-capitalismo era orientada para o uso. Em sua evolução histórica, o capitalismo passou a tratar o trabalho vivo como mera mercadoria, produzindo a sua desumanização. Nessas condições, conforme salienta Mészáros (2003), o capital transmuta-se em um sistema de controle do metabolismo social, transformando as necessidades humanas em coisas, objetos de consumo (MÉSZÁROS, 2003). Essa compreensão é importante para compreender o atual estágio de crise do capital.

Em se tratando da crise em si, a novidade histórica da crise contemporânea do capital, segundo o autor em comento, é que ela não é cíclica, mas estrutural, manifestando-se em quatro aspectos principais. Primeiramente, seu “caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.” Segundo, apresenta alcance “verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado)”. Depois, “sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 796). Em quarto lugar, o filósofo aduz que:

Em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (MÉSZÁROS, 2002, p. 796, aspas do autor).

Diante desse cenário de crise estrutural apontado por Mészáros, o discurso em favor do mercado livre, sem a intervenção do Estado, traduz tentativa desesperada de mascarar o fato de que as empresas capitalistas, mais do que nunca, não podem prescindir da ajuda externa do Estado para continuar acumulando lucros. Ou seja, o capital não poderá, dada a sua natureza, abrir mão de qualquer elemento de controle social, sob pena de comprometer a sua própria reprodução. Em outras palavras, o apoio estatal é imprescindível para manter

o sistema capitalista de pé.

É exatamente nesse ponto que o neoliberalismo e sua racionalidade costumam o processo. Conforme assinalamos, o neoliberalismo se constitui em política econômica que ganhou força a partir da virada dos anos 1960 para a década seguinte, tensionando as relações sociais, visto que a intervenção do Estado, antes de procurar apoiar os mais precarizados, objetiva proteger o lucro dos empresários (MÉSZÁROS, 2000).

Por outro lado, sem deixar de priorizar a função de acumulação do capital, o Estado em razão de indicadores sociais negativos como o aumento da concentração de renda, dos alarmantes índices de pobreza e violência, a elevação do desemprego etc., procura intervir por meio de políticas compensatórias na tentativa de contingenciar as pressões sociais. A esse respeito, Bering (2009, p. 10) aduz que:

As políticas sociais entram, neste cenário, caracterizadas como: paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e, de preferência, devem ser acessadas via mercado, transformando-se em serviços privados. Esse processo é mais intensivo na periferia do capitalismo, considerando os caminhos da política econômica e das relações sociais delineados no item anterior, bastando observar a obstaculização do conceito constitucional de seguridade social no Brasil, a partir dos anos 90.

Ou seja, as políticas públicas, nesse cenário, incluindo-se as políticas educacionais, especialmente as relativas à Educação Profissional, destinam-se especificamente a minorar as precárias condições de existência das populações que vivem em condições de miséria e, sempre que possível, são oferecidas pela iniciativa privada com padrões de qualidade contestáveis. Nesse contexto, nos últimos anos, presenciamos a crescente expansão de cursos de curtíssima duração (no máximo dois ou três meses de duração), primeiro com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) instituído por meio da Lei nº 12.513/2011 no governo Dilma e, mais recentemente, sob a égide do Programa Novos Caminhos, lançado em 08 de outubro de 2019 pelo governo Bolsonaro, cujo *slogan* é: “Educação Profissional e Tecnológica gerando mais oportunidades, emprego, renda e novas tecnologias” (Mais informações *vide* <https://novoscaminhos.mec.gov.br/>).

Desse modo, “ao proclamar a necessidade de um ‘Estado Mínimo’, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (NETO; BRAZ, 2008, p. 227, *aspas no texto original*), implicando na diminuição das funções estatais que respondem pela satisfação de Direitos Sociais, o que requer da sociedade civil a participação política na perspectiva da proteção e não da mera justificativa desses direitos (BOBBIO, 2004). O que dizer então das políticas de Educação Profissional nesse contexto? Como elas acontecem? Que aspectos permeiam a oferta de vagas nessa modalidade? Qual o papel da política de Educação Profissional nesse cenário de crise do capital? A quem interessa as reformas estruturais no processo ensino-aprendizagem realizadas nos últimos tempos? É o que passamos a discutir.

4 | ESTADO CAPITALISTA EM CRISE E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

No Brasil, as reformas educacionais de cunho neoliberal incidiram fortemente na política de Educação Profissional a partir dos anos de 1990, ganhando corpo jurídico-institucional com o Governo de Fernando Henrique Cardoso (RAMOS, M., 2002) e se mantendo nos governos seguintes, embora se possa registrar algum avanço, como a possibilidade de integração da educação geral à educação profissional (BRASIL, 2004).

Essas reformas tiveram como pano de fundo os processos de globalização da economia e a crise do emprego, colocando-se a necessidade de aproximar a educação das tendências produtivas, comportando, para além do significado técnico, um significado político (RAMOS, M., 2002) que resta evidenciado no fato de que no contexto do modo de produção capitalista a educação possui função (predominante) de reproduzir as relações inerentes ao capital.

Nesse sentido, o incremento da qualificação profissional dos trabalhadores via Educação Profissional, ancorada na noção de competência tem o propósito de atender ao processo de reestruturação produtiva em curso, colocando à disposição do capital uma força de trabalho “qualificada” para a produção de acordo com o novo padrão de acumulação flexível engendrado nas novas formas de organização e gestão do trabalho e no uso constante das novas tecnologias, reafirmando, no Brasil, a tradição histórica da funcionalidade da educação aos modelos de desenvolvimento econômico.

O discurso veiculado pela Pedagogia das Competências, materializado em políticas e programas educacionais de cunho neoliberal mascara essa realidade com vistas à manutenção do modo de produção capitalista que diante do crescente desenvolvimento das tecnologias e sua incorporação ao processo produtivo, necessita que a classe trabalhadora, público prioritário das políticas de Educação Profissional, se submeta à constante qualificação, requalificação e atualização das suas habilidades para melhor operar a produção fortalecendo os mecanismos de acumulação e controle do capital em crise. Nesse sentido, Frigotto (2010, p. 156) destaca que:

Os novos conceitos relacionados ao processo produtivo, organização do trabalho e qualificação do trabalhador aparecem justamente no processo de reestruturação econômica, num contexto de crise e acirrada competitividade intercapitalista e de obstáculos sociais e políticos às tradicionais formas de organização da produção. A integração, a qualidade e a flexibilidade constituem-se nos elementos chaves para dar os saltos de produtividade e competitividade.

O novo discurso do capital sobre a educação propõe a necessidade da formação de profissionais flexíveis, com poder de adaptação às exigências do mercado. O discurso capitalista argumenta que ocorreu um processo de requalificação inerente ao processo de acumulação flexível o que teria rompido com a dualidade estrutural típica do regime

fordista/taylorista que articulava a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, ou seja, entre concepção e execução, denominada por Kuenzer (2007) de dualidade estrutural assumida, típica do regime de acumulação rígido (fordismo/taylorismo) onde as trajetórias educativas eram claramente definidas e diferenciadas, de modo a atender às necessidades de disciplinamento dos trabalhadores e dirigentes.

Nessa perspectiva, os reformistas argumentam que o fosso entre as modalidades de educação propedêutica e profissional estaria superado pela oferta “democrática” de formação geral para todos. O argumento gira em torno do fato de que:

se o trabalhador transitará ao longo de sua trajetória laboral por inúmeras ocupações e oportunidades de educação profissional, não há razão para investir em formação profissional especializada; a integração entre as trajetórias de escolaridade e laboral será o elo de integração entre teoria e prática, resgatando-se, desta forma, a unidade rompida pela clássica forma de divisão técnica do trabalho, que atribuía a uns o trabalho operacional, simplificado, e a outros o trabalho intelectual, complexo (GRABOWSK; KUENZER; 2016, p. 25).

À educação cabe a tarefa de desenvolver competências para que o indivíduo seja capaz de aprender ao longo da vida, conforme discurso veiculado pelas reformas educacionais propostas por organismos multilaterais (Banco Mundial, BID, UNESCO, OIT) e os organismos regionais e nacionais a eles vinculados (FRIGOTTO, 2010). Diante desse discurso, Libâneo (2018, p. 45) ressalta que “formuladores, estudiosos e gestores de políticas e de currículos e agentes das comunidades escolares precisam compreender os interesses e as intenções inscritas em diagnósticos e orientações de organismos e agências multilaterais comprometidos com a mundialização do capital”.

As orientações propostas, alicerçadas na Pedagogia das Competências, possuem como premissa básica readequar o processo educativo aos imperativos da produção, vinculado, por intermédio de mediações múltiplas e complexas, aos interesses do capital no contexto de sua crise estrutural (MÉSZÁROS, 2000, 2002, 2003). Desse modo, Frigotto (2010, p. 166) afirma que “no campo da educação e formação o processo de subordinação busca efetivar-se mediante a delimitação dos conteúdos e da gestão do processo educativo. No plano dos conteúdos, a educação geral, abstrata, vem demarcada pela exigência da polivalência ou de conhecimentos que permitam a policognição”.

Constituem reformas de caráter elitista que, nas palavras de Mézszáros (2008, p. 49, aspas e itálicos do autor), “exclui a esmagadora maioria da humanidade do âmbito da ação como *sujeitos*, e condena-os, para sempre, a serem considerados com *objetos* (e *manipulados* no mesmo sentido), em nome da suposta superioridade da elite: “meritocrática”, “tecnocrata”, “empresarial”, ou o que quer que seja”.

Desse modo, a formação de trabalhadores com “capacidade de abstração, polivalentes, flexíveis e criativos fica subordinada à lógica do mercado, do capital e, portanto, da diferenciação, segmentação e exclusão” (FRIGOTTO, 2010, p. 155). A esse

respeito, Grabowsk & Kuenzer (2016, p. 25) afirmam que do ponto de vista do trabalho

as pesquisas já mostram que a expansão da educação geral para a classe trabalhadora se deu, de modo geral, pela oferta de cursos precarizados, revestidos de caráter certificatório, cuja qualidade, que em muito se distancia dos cursos disponibilizados pela rede privada à burguesia e à pequena burguesia, não favorecem inclusão menos subordinada no mundo do trabalho.

No regime de acumulação rígido (fordista/taylorista) a modalidade de educação geral integrava o projeto de dominação da classe dominante e agora, no novo regime de acumulação flexível, o capital a disponibiliza de maneira precarizada, uma vez que no novo cenário produtivo, ela não atende mais ao projeto de dominação do capital, pois o que “interessa para a classe dominante no novo regime é o conhecimento da ciência e tecnologia” (GRABOWSK; KUENZER, 2016, p. 25). Essa dinâmica reafirma a oferta da educação sob a ótica das diferenças de classe (dualidade estrutural).

O novo regime requer a formação de subjetividades flexíveis, ou seja, adaptadas ao novo regime de acumulação do capital como forma de disciplinamento da força de trabalho, o que ocorre predominantemente pela oferta de educação geral e profissional disponibilizada de maneira diferenciada por origem de classe, garantindo-se aos trabalhadores uma educação precária por meio da aquisição de conhecimentos genéricos que lhes permitam exercer, e aceitar, múltiplas tarefas no mercado flexibilizado e à classe dominante uma educação científico-tecnológica e sócio-histórica de alto nível, sendo a educação básica para estes mero rito de passagem (GRABOWSK; KUENZER, 2016), contribuindo para manter a lógica do capital intacta como quadro de referências orientador da sociedade (MÉSZÁROS, 2008).

Como a educação é marcada por essa dualidade, o conceito de trabalhador polivalente, multifuncional ou multitarefa também é dual. Logo, para os que vivem do trabalho ser multitarefa implica em

em exercer trabalhos simplificados, repetitivos, fragmentados, para o que é suficiente um rápido treinamento, a partir de algum domínio de educação geral, o que não implica necessariamente no acesso à educação básica completa (...). Ser flexível, para uma expressiva parcela de trabalhadores, significa adaptar-se ao movimento de um mercado que inclui/exclui, segundo as necessidades do regime de acumulação. A competência, nos pontos desqualificados das cadeias produtivas, resume-se ao conhecimento tácito, demandado pelo trabalho concreto. Não há, para estes trabalhadores que atuam nos setores precarizados, demandas relativas ao desenvolvimento da competência de trabalhar intelectualmente em atividades de natureza científico-tecnológica, em virtude do que não se justifica formação avançada (GRABOWSK; KUENZER, 2016, p. 27).

Por outro lado, para os “predestinados” a exercerem atividades complexas, ser multitarefa significa

a capacidade de adaptar-se a múltiplas situações complexas e diferenciadas, que demandam o desenvolvimento de competências cognitivas mais

sofisticadas que permitam a solução de problemas com rapidez, originalidade e confiabilidade. Para tanto, há que assegurar formação avançada, que articule as dimensões geral e específica (GRABOWSK; KUENZER, 2016, p. 27).

Nos termos expostos, a Educação Profissional no regime de acumulação flexível e de crise do capital é distribuída de modo desigual e diferenciada segundo a lógica dual negada e invertida que valoriza a educação básica (precarizada) para os que vivem do trabalho - predestinados ao desempenho de tarefas desqualificadas que exigem pouco ou quase nenhum domínio dos fundamentos científicos e tecnológicos - como condição para a formação flexível, e educação específica, de natureza científico-tecnológica e sócio-histórica para os que vão exercer trabalho de natureza intelectual.

Essa situação, mantém estreita relação com a concepção de Poulantzas (1975) de que o Estado é o fator de coesão social de uma formação social e o fator de reprodução das condições de produção de um sistema, isto é, consiste em uma condensação material de relações de forças. Isso implica dizer que, no caso das políticas de educação, especialmente de Educação Profissional, o Estado, mesmo diante da hegemonia da classe dominante nos blocos de poder, em função do caráter de coesão necessário à sua manutenção, procura atender algumas reivindicações e necessidades da classe dominada (POULANTZAS, 1971).

As políticas públicas de Educação Profissional, nos moldes explicitados, situam-se nessa perspectiva de garantia da manutenção da reprodução da classe trabalhadora e da coesão social necessárias à manutenção do Estado Capitalista. Essa dinâmica de distribuição da Educação Profissional assegura que a posse do que é estratégico, no caso o conhecimento que permite inovação, permaneça com o capital, aprofundando-se, à luz da categoria flexibilização, as diferenças de classe e a dualidade estrutural, expressas na polarização das competências e no consumo predatório e desumano da força de trabalho (GRABOWSK; KUENZER, 2016), pois “longe de conduzir ao avanço no processo civilizatório do próprio capital, representa o seu esgotamento, destruindo os poucos direitos que a classe trabalhadora conquistou ao longo de suas lutas” (FRIGOTTO, 2005, p. 69).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo social de emancipação e participação do sujeito na esfera pública requer o esvaziamento da sua condição de pobreza política. As políticas sociais participativas, especialmente as políticas educacionais, desempenham um importante papel nesse processo, favorecendo a formação da cidadania e a participação política no processo social decisório. O Estado Capitalista, por sua vez, desde sempre, e agora muito mais (dada a crise estrutural em que se encontra), tem contribuído para obstaculizar o alcance desse mister. Em outras palavras, ao servir aos interesses do capital, o Estado Capitalista em crise oferece à sociedade migalhas que objetivam, diante de tamanha injustiça social

(o aumento da concentração de renda, dos alarmantes índices de pobreza e violência, a elevação do desemprego etc.), apaziguar as pressões sociais das classes menos favorecidas, mantendo com isso o controle social necessário à sua manutenção.

Esse mecanismo de controle é exercido com fundamento nos pressupostos do neoliberalismo e acontece da seguinte maneira: os mecanismos estatais elaboram, sempre em sintonia com os empresários, diversos projetos pretensamente salvadores da humanidade, geralmente, focalistas e fragmentados. Todavia, nenhum deles representa um afrouxamento dos mecanismos de controle da sociedade, uma vez que, dialeticamente, a injustiça social é causada pelo próprio sistema metabólico do capital que se encontra em crise profunda (MÉSZÁROS, 2000).

No que diz respeito à educação, é inegável o predomínio das políticas de cunho neoliberal, sobretudo nos países da periferia do capital como o Brasil. Tais políticas, transformam radicalmente o processo pedagógico em mercadoria via reformas que objetivam a integração da escola e a formação do trabalhador ao mercado. No caso do Brasil, por exemplo, a própria condição de precariedade de funcionamento na qual vive grande parte dos sistemas escolares, a aviltante exploração vívida pelos professores especialmente na rede pública e os baixos níveis de aprendizagem e de rendimento dos estudantes são, dentre outros, sinais que atestam uma política educacional que fragiliza a educação.

A adequação das políticas educacionais ao neoliberalismo incide sobre a educação em geral e a Educação Profissional em particular. Tais políticas, alicerçadas na Pedagogia das Competências, ao proporem reformas no âmbito dos sistemas de ensino dos países da periferia do capital, impõe um currículo instrumental, pragmático e imediatista em consonância com os ditames do capital globalizado. Desse modo, retomando a questão central desse estudo, podemos afirmar que as políticas de Educação Profissional no Estado capitalista em crise ocorre na perspectiva de integração dessa modalidade aos interesses de mercado com consideráveis prejuízos à educação e à formação dos trabalhadores provenientes das camadas populares, pois prioriza para estas, um ensino prático, instrumental e imediatista, deixando em segundo plano, o conhecimento científico e a formação de capacidades intelectuais, aumentando dessa forma o fosso entre educação propedêutica e educação profissional, caracterizando, nos tempos atuais, conforme aduz Kuenzer (2007) o fenômeno da dualidade estrutural negada.

Apesar desse quadro pessimista, acredita-se que a sociedade civil, no que diz respeito à educação, tem, por meio de seus atores sociais, sabido resistir às propostas – antes populistas e autoritárias e hoje neoliberais – que o Estado (manipulado pela classe hegemônica) tem tentado implementar. Espera-se, portanto, que tais atores concebam e busquem concretizar projetos e ações a fim de, com base nas especificidades da Educação Profissional, contribuir para aproximar a sociedade brasileira do horizonte de democratização dos Direitos Sociais, especialmente do direito à educação, conduzindo-o,

conforme propõe Mészáros (2008), para além do capital.

REFERÊNCIAS

APPOLINARIO, F. **Metodologia científica**: filosofia e prática da pesquisa. – 2. ed. – São Paulo: Thomson Learning, 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital. In: **Serviço Social**: Direitos sociais e competências profissionais. CFESS, Brasília, 2009.

_____. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Campos; Elsevier, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 01 de junho de 2018.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, n.05, p.139-164, out. 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, G. **Estruturas e sujeitos: os fundamentos da relação entre trabalho e educação**. In: Saviani, D.; Sanfelice, J.L.; Lombardi, J.C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

GRABOWSK, Gabriel; KUENZER, Acácia Zeneida. A Produção do Conhecimento no Campo da Educação Profissional no Regime de Acumulação Flexível. **HOLOS**, [S.l.], v. 6, p. 22-32, out. 2016. ISSN 1807-1600. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4983>>. Acesso em: 12 de março de 2018. doi: <https://doi.org/10.15628/holos.2016.4983>.

KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1153-1178, Out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302007000300024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 de março de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S010173302007000300024>.

LIBÂNEO, José Carlos et al. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública**: uma qualidade restrita de educação escolar [livro eletrônico] – Goiânia : Editora Espaço Acadêmico, 2018

MAY, T. Pesquisa documental: escavações e evidências. In: _____. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. In: **Outubro**-Revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, n. 4. 2000.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **O Século XXI: socialismo ou barbárie.** São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **A Educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Neto. **Economia Política: uma introdução crítica.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

O'CONNOR, James. **USA, a crise do Estado capitalista.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais.** V. 2. Porto: Portucalense Editora, 1971.

_____. **O problema do Estado Capitalista.** Porto: Edições Afrontamento, 1975.

_____. **O Estado, o poder e o socialismo.** 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RAMOS, Marise Nogueira. **A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais** Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 401-422